

Ufes é afetada pelo corte do Governo

Como diversas outras Instituições Federais de Ensino, a Ufes já tem sentido dificuldades orçamentárias, sobretudo no custeio e capital (viagens, compra de materiais, energia elétrica), e, mais notadamente, nos contratos de prestação de serviços, como limpeza e vigilância. No início de janeiro, a presidente Dilma Rousseff assinou o Decreto Federal 8.389/2015, determinando que cada órgão do Executivo fizesse contingenciamento imediato de 39% no orçamento até aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) pelo Congresso.

“O ano de 2014 foi muito difícil para o setor das Ifes, mas o que se anuncia em 2015 é ainda pior. A UNIFESP, UFF e a UFESM já emitiram notas evidenciando as dificuldades econômicas”, destaca o diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), Rogério Naques Faleiros. A Ufes, segundo ele, já enfrenta problemas semelhantes.

Rogério afirma que no CCJE os maiores cortes previstos serão na compra de passagens, diárias e na ajuda de custo aos alunos.

Orçamento. Segundo dados da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan), o orçamento global da Ufes para 2015 é de R\$ 780 milhões. De acordo com o professor Rogério, 89% desse valor está comprometido com o pagamento da folha dos servidores (ativos, inativos e demandas judiciais). Restará cerca de R\$ 80 milhões para capacitação, custeio e capital. E é justamente aí que a tesoura do Governo Federal será ainda mais afiada. “Não sabemos ainda o percentual de corte sobre este montante, mas é certo que teremos grandes dificuldades financeiras. Isso exigirá realinhamentos de contratos, sobretudo os de maior monta (limpeza, manutenção e segurança)”, estima o diretor do CCJE, demonstrando

COMO FOI DISTRIBUÍDO O CORTE



preocupação com a situação da universidade.

Para o vice-presidente da Adufes, Rafael Vieira Teixeira, o governo utiliza-se do falso argumento de conter a crise e equilibrar as contas públicas para determinar o bloqueio provisório de um terço dos gastos administrativos dos ministérios. “Com o discurso

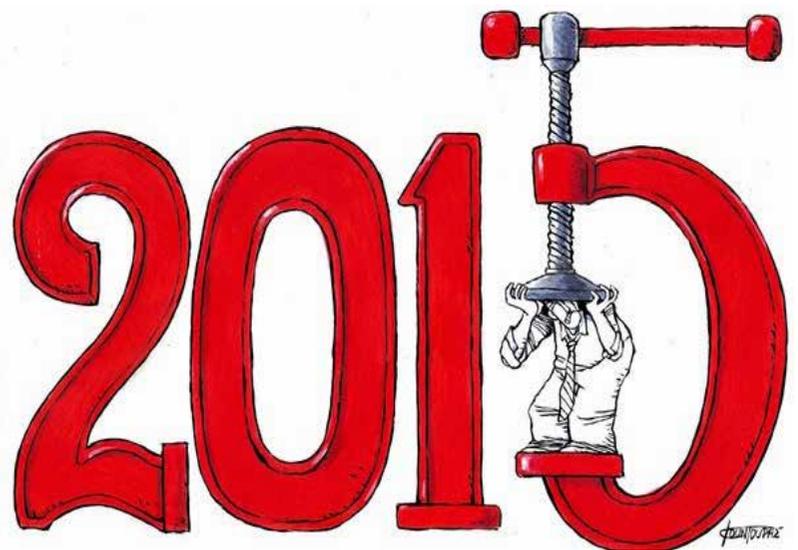
de crise, o executivo retira recursos das áreas sociais e injeta na economia, fomentando o lucro do capital financeiro”. Na avaliação do diretor, a união do funcionalismo e da sociedade é importante para enfrentar o desmonte do serviço público, bem como os ataques aos direitos dos/as trabalhadores/as.

Discurso de austeridade e ajuste é mentira!

O economista Helder Gomes explica que a política de cortes e investimentos nas áreas sociais está diretamente relacionada com o pagamento dos juros e amortização da dívida pública. De acordo com ele, estudos revelam o crescimento acelerado da dívida nas últimas duas décadas e consideram que o volume de títulos da dívida interna emitido em dezembro de 1994 situava-se em torno de R\$ 4,99 bilhões. Atualmente, o montante ultrapassa R\$ 3,3 trilhões. “A dívida

pública cresce de forma descontrolada, levando o governo a contingenciar o orçamento das áreas sociais”, observa Helder.

O economista afirma que o discurso da austeridade e da necessidade de ajuste prudencial é uma balela. “Efetivamente a economia brasileira se enreda cada vez mais numa armadilha especulativa que consome a capacidade de promoção de políticas públicas, com grandes prejuízos para áreas essenciais, como a educação”, conclui.



Adufes é o seu espaço de resistência e luta

Pelas medidas de retração da economia e de ataques aos direitos dos trabalhadores, anunciadas pela Presidente Dilma, está claro que 2015 será um ano difícil. Nesse contexto, a tendência é a corda arrebentar para o lado do trabalhador/a que sempre paga a conta da crise financeira que se abate sobre o mundo capitalista. Num emaranhado de prejuízos, a única chance de proteção está na organização, amparada pelo legítimo representante dos trabalhadores que é o sindicato. Daí a importância de ser participativo/a nas assembleias, nas mobilizações de ruas, nos eventos promovidos pela entidade. É preciso que o/a docente se envolva nas lutas empreendidas em defesa da carreira, das boas condições e ambientes dignos de trabalho, da valorização profissional.

O sindicato é um espaço de resistência. Não podemos nos sucumbir aos medos e às incertezas de uma sociedade neoliberal e capitalista. Todo trabalhador sabe que tem a liberdade de se filiar ou não, porém é preciso lembrar que lutar sozinho acaba sendo mais difícil. “Só através da luta coletiva garantimos nossos direitos e avançamos em nossas conquistas”, garante o presidente da Adufes, Edson Cardoso.

mos em nossas conquistas”, garante o presidente da Adufes, Edson Cardoso.

Fundação. Em 31 de maio de 1978, um grupo de professores/as da Ufes com consciência de classe fundou a Adufes. De lá para cá, a categoria passou por diversos planos econômicos e momentos distintos no cenário nacional e internacional, mas de forma coletiva sempre legitimou o sindicato para lutar por seus direitos. “Assim que entrei na Ufes me filiei ao sindicato. O Brasil vivia momento da redemocratização e o sindicalismo era uma expressão forte. Fazer parte da Adufes e de suas lutas foi fundamental para o meu crescimento pessoal e profissional”, diz o professor José Aguilar Dalvi, um dos primeiros docentes a se filiar ao sindicato.

Aposentado, e aos 71 anos, José Aguilar lembra que estar ligado a um sindicato exige compromisso e participação. “É claro que hoje vivemos em ocasião muito diferente e a necessidade dessa geração é outra. Acho mais acomodada, até pela circunstância histórica, mas apenas sindicalizar-se não é suficiente”, diz. Segundo ele é preciso que os filiados



participem efetivamente das lutas da entidade. “Todas as conquistas alcançadas são frutos de mobilização coletiva”.

Novo filiado. No início do mês passado, o professor Alexandre Gomes Facco, do Centro Universitário Norte do Espírito Santo (Ceunes) procurou o sindicato para se filiar. Na Ufes desde 2011, ele garante que se contagiou com o trabalho desenvolvido pela entidade. “É um sindicato forte, que está sempre trabalhando em prol dos professores, tem uma equipe jurídica bem estruturada e convênios”, elogiou.

MPT recomenda bloqueio de contas de prestadora de serviços do Hucam

Trabalhadores/as terceirizados/as do Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (Hucam) paralisaram atividades por falta de pagamento.

Uma onda de protestos varre o país. Com a indignação estampada no rosto, trabalhadores/as terceirizados/as têm ocupado as ruas para protestar contra os frequentes calotes das prestadoras de serviços que atrasam ou não pagam salários, férias, 13º salário, FGTS, INSS, IRPF e cometem diversas outras irregularidades.

Na Ufes, a luta desses/as trabalhadores/as tem sido árdua. No mês passado, terceirizados do Hucam paralisaram os serviços para receber dezembro e o 13º salário.

Bloqueio. O Ministério do Público do Trabalho (MPT) foi acionado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresa de Asseio Conservação e Limpeza Pública (Sindilimpe/ES) e como não houve conciliação, o órgão recomendou bloqueio dos créditos da terceirizada, o Instituto Excellence. A medida visa assegurar os pagamentos em dia e, ainda, as verbas rescisórias dos contratos que estão para vencer.

liação, o órgão recomendou bloqueio dos créditos da terceirizada, o Instituto Excellence. A medida visa assegurar os pagamentos em dia e, ainda, as verbas rescisórias dos contratos que estão para vencer.

Mais protestos. No final do ano passado, funcionários/as do Restaurante Universitário (RU) entraram em greve, ganhando solidariedade da comunidade acadêmica. “Os/as trabalhadores/as cumprem seu dever, a união paga os custos, porém não fiscaliza e as empresas contratadas não cumprem sua parte”, critica o presidente da Adufes, Edson Cardoso.

Edson lembra de um caso revoltante. O da PH Serviços, responsável pela limpeza interna dos prédios e por assistência administrativa em setores executivos da universidade. Depois de decretar falência, a PH não pagou os salários e demitiu 400 pessoas sem pagar os direitos trabalhistas. A Ufes teve que contratar na forma emergencial outras terceirizadas

para serviços de higienização, recepção e administração, causando custos adicionais ao erário.

Da mesma forma houve mediação no MPT que garantiu o reaproveitamento dos/as funcionários/as. No entanto, até hoje a categoria aguarda o julgamento do processo por parte da Justiça do Trabalho. Segundo o Sindilimpe, a Ufes depositou em Juízo R\$ 450 mil, valor que não cobrirá as rescisões, ou seja, ainda ficará direitos pendentes para pagamentos.

“O/a trabalhador/a terceirizado/a tem as mesmas garantias e obrigações do que qualquer outro. A diferença está no vínculo empregatício com o tomador de serviço que, no caso do profissional terceirizado, será a empresa fornecedora da mão de obra”, diz a diretora do Sindilimpe, Madalena Garcia da Silva. Segundo ela, a contratante também tem responsabilidade subsidiária no cumprimento das relações trabalhistas.

Alerta: MP 656 ameaça à saúde pública

O Congresso Nacional aprovou em dezembro a Medida Provisória 656/14, - Projeto de Lei de Conversão nº 18 de 2014 - que, entre outras resoluções, autoriza a entrada de capital estrangeiro na oferta de serviços à saúde. A MP depende apenas da sanção ou veto da presidente.

A MP modifica o parágrafo 3º do artigo 199 da constituição brasileira, que proíbe a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no Brasil. “Uma Medida Provisória não pode alterar um dispositivo constitucional”, diz a professora do Departamento de Serviço Social da Ufes e integrante do Fórum Capixaba em Defesa da Saúde, Ana Targina.

A docente destaca que a MP é uma ameaça à saúde pública, pois amplia os atuais processos de privatização em curso na medida em que empresas e capitais estrangeiros poderão operar e instalar clínicas e hospitais (inclusive filantrópicos). “O argumento de que o recurso externo pode auxiliar na saúde

brasileira, melhorando o atendimento ao ‘consumidor’, mostra que a emenda é mais um ataque ao Sistema Único de Saúde (SUS)”, critica Ana.

Medida provisória fragiliza o SUS. A MP, segundo a professora, aprofunda a compreensão da saúde como uma mercadoria. “Como trocar no mercado um diagnóstico equivocado, um equipamento em mau funcionamento, um tratamento que não deu certo ou que não foi o mais acertado porque a prestadora do serviço estava preocupada apenas com os lucros?”, questiona Targina.



PEC 358 diminui gastos da União com a saúde

A PEC 358/14 estabelece que o percentual mínimo de gastos da União com a saúde deve ser, em um prazo de 05 anos, de 15% da receita líquida corrente. Se aprovada, a proposta representará recursos de apenas R\$ 64,2 bilhões no período, enquanto que os 10% do PIB, historicamente reivindicado pelos movimentos sociais, correspondem a aproximadamente R\$400 bilhões, somente para o primeiro exercício financeiro. Para

a professora da Ufes, Ana Targina, se a PEC for aprovada o financiamaneto para o SUS ficará comprometido.

“A PEC 358 não altera o montante de recursos da União destinados à política de saúde e ainda torna mais complicada a revisão desses percentuais, pois os transforma em matéria constitucional e essa requer um quórum qualificado para qualquer alteração. Ou seja, a proposta engessa os gastos da União com a saúde”, explica a professora.

Ato Nacional contra a Ebserh será em março

A Frente Nacional contra a Privatização da Saúde promove no próximo dia 06, ato contra a implantação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) nos Hospitais Universitários (HUs) e em qualquer outro hospital do país. A Frente Nacional considera a implantação da Ebserh uma afronta ao caráter público dos HUs e à característica nata dessas instituições de ensino vinculadas às universidades. A atividade será no Rio de Janeiro.

Entidades classistas e movimentos sociais da Grande Vitória, como a Adufes,

organizam uma caravana para participar do ato nacional. Um ônibus deverá sair da Ufes em direção à capital fluminense. Novas informações serão veiculadas no site adufes.org.br



Opções de lazer para feriados de 2015

Está pensando em viajar este ano? O convênio da Adufes com o Serviço Social do Comércio está ativo e várias excursões estão sendo montadas pelo Sesc para diversos pontos turísticos do Brasil. Como 2015 terá vários feriados prolongados, vale a pena se programar com antecedência.

De acordo com Andressa Cristina do Nascimento, coordenadora de Turismo Social do Sesc/ES, para este primeiro semestre a dica é conhecer as belezas do Pantanal mato-grossense. O passeio está confirmado para o feriado prolongado de junho (período de 03 a 07/06). No valor de R\$1.510,00 - que pode ser parcelado em até oito vezes no cartão crédito -, estão inclusos passagens aéreas, traslado em carro privativo, quatro noites de hospedagem no Sesc Pantanal, alimentação e passeios guiados.

No calendário de roteiros estão sendo programadas excursões à Copacabana e Petrópolis; a Natal, em Blumenau com Beto Carrero; e pacote a São Luís com Lençóis Maranhenses. Estão previstas também excursões à Ilha de Itaparica (BA); Ouro Preto (MG); Caldas Novas, em Goiás; Cabo Branco (Paraíba) e, para fechar 2015, ida a Gramado, a capital do Cinema Nacional, do chocolate tradicional, das baixas temperaturas e de paisagens que lembram comunidades suíças.

“Estamos trabalhando para montar todos esses destinos, mas tudo vai depender da disponibilidade hoteleira e aérea”, lembra Andressa. Segundo ela, a programação ficará disponível nas unidades do SESC e no site da instituição. As inscrições podem ser feitas no setor de Turismo Social da entidade, de 9 às 18h, ou pelo telefone (27) 3232.3133, ou ainda pelo e-mail: viagemsec@es.sesc.com.br

Mulheres capixabas organizam atividades de luta e formação em torno do Dia Internacional da Mulher

O Fórum de Mulheres do Espírito Santo com o apoio de entidades e movimentos sociais prepara ações para o mês de luta das mulheres, simbolizado em março.

A data que é marcada anualmente pela participação de mulheres de diversos movimentos sociais do campo e da cidade lembrará a população capixaba, mais uma vez, as desigualdades, as violências e todas as violações de direitos sofridas pelas mulheres. O tema que está sendo debatido para este 8 de março “Lugar de mulher é onde ela quiser” -, chama atenção para o debate de territorialidade.

“Buscamos a mudança de lugar, de posicionamento socio-espacial. Lutamos pela ressignificação do espaço, para que nele possamos nos sentir representadas”, diz a professora do Departamento de Economia da Ufes e integrante do Fórum de Mulheres, Renata Couto Moreira.

Festival. Um festival desenvolvido totalmente por mulheres deve marcar o Dia Internacional de luta, em 8 de março (domingo). A atividade será realizada em Vitória, mais precisamente debaixo da Ponte da Passagem, onde já foram registrados vários estupros e assédios sexuais. O evento será de 15 às 20 horas.

No local, o público poderá participar de debates, oficinas, apresentações culturais, performances e exposições. Haverá também uma feira de comercialização de produtos artesanais. As atividades ocorrerão de forma paralela. “Com o ato, nós mulheres mostraremos que o nosso lugar é na rua, é na luta, na música, enfim, onde quisermos”, ressalta o Fórum de mulheres. A entrada é franca.

Para a representante do Fórum, Suellem Susano, realizar o festival debaixo da ponte da Passagem é importante para marcar o local como um espaço que também é das mulheres. “Exigimos respeito ao nosso corpo, à vida. Exigimos também o direito de ir e vir sem sermos assediadas e/ou violentadas”, salienta.



Mulheres em luta

No dia 09 de março, as mulheres de diversos movimentos sociais realizam uma marcha contra a violência e por um projeto popular para o Brasil que supere as desigualdades de gênero e todo tipo de opressão a que as mulheres estão submetidas.

Com faixas e cartazes nas mãos, elas vão cobrar do governo capixaba a responsabilidade do Estado em continuar liderando o ranking nacional de assassinatos de mulheres. O local e horário do ato ainda estão sendo definidos pelo movimento.

“Vamos às ruas para ressaltar que, no Dia Internacional de Luta das Mulheres, infelizmente não há o que comemorar. Ainda precisamos conquistar a garantia de uma vida digna, em situação de igualdade e sem violência”, lembra a integrante do Fórum de Mulheres, Sophia Rosa, que é estudante de Nutrição da Ufes.

Assassinatos de mulheres no ES. De acordo com o Mapa da Violência 2012 – Homicídio de Mulheres no Brasil -, o Espírito Santo é o Estado onde mais se registra assassinatos de mulheres em todo país. A taxa é de 9,6 homicídios para 100 mil mulheres.

Prestação de Contas Adufes

A gestão em exercício no sindicato divulgará mensalmente no Fique Por Dentro a prestação de contas da Adufes, garantindo transparência e responsabilidade de todas as ações da entidade.

RECEITA MÊS 10/2014

RECEITAS GERAIS (Mensalidades)	126.385,96
OUTRAS RECEITAS*	19.480,70
TOTAL DA RECEITAS	145.866,66

DESPESAS MÊS 10/2014

Despesas c/Pessoal	35.374,13
Atividades e Eventos Sindicais	79.539,49
Serviços Prestados Terceiros**	25.253,24
Encargos Sociais	1.432,31
Despesas Gerais***	84.682,23
Despesas Tributárias	3.411,23
Despesas Financeiras	183,60
TOTAL DAS DESPESAS	R\$229.876,23

RECEITA MÊS 11/2014

RECEITAS GERAIS (Mensalidades)	126.347,13
OUTRAS RECEITAS*	12.920,41
TOTAL DA RECEITAS	139.267,54

DESPESAS MÊS 11/2014

Despesas c/Pessoal	39.506,26
Atividades e Eventos Sindicais	23.491,50
Serviços Prestados Terceiros**	14.790,04
Encargos Sociais	1.797,31
Despesas Gerais***	43.204,06
Despesas Tributárias	1.323,22
Despesas Financeiras	125,10
TOTAL DAS DESPESAS	R\$124.237,49

RECEITA MÊS 12/2014

RECEITAS GERAIS (Mensalidades)	125.639,41
OUTRAS RECEITAS*	21.365,51
TOTAL DA RECEITAS	147.004,92

DESPESAS MÊS 12/2014

Despesas c/Pessoal	39.518,98
Atividades e Eventos Sindicais	14.538,94
Serviços Prestados Terceiros**	17.257,56
Encargos Sociais	8.398,19
Despesas Gerais***	59.844,28
Despesas Tributárias	5.125,01
Despesas Financeiras	138,10
TOTAL DAS DESPESAS	R\$144.821,06

*Outras Receitas refere-se a aplicações e investimentos. | **Serviços Prestados Terceiros refere-se a Assessoria Contábil, Jurídica, Assistência Técnica Informática, Serviços Profissionais Pessoa Jurídica e Pessoa Física. | ***Despesas Gerais refere-se a repasses para o Andes-SN, gastos com água, luz, telefone, correios, segurança, lanches, cópias, agenda de fim de ano, anúncios, assinatura jornais e revistas, despesas legais e judiciais, materiais de limpeza, de escritório e combustíveis.